

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro número a *Revista do NESEF Filosofia e Ensino* concentra-se na reflexão acerca das várias interfaces do ensinar e aprender filosofia na escola básica.

Entende-se que o desafio histórico da educação filosófica no Brasil destinada ao público da educação básica, não se resolve, apenas, mediante a garantia institucional da presença da filosofia nos programas de ensino dos currículos dessa etapa formal da escolarização. Para além do espaço curricular da filosofia, hoje garantido por lei, é preciso considerar a face política da educação filosófica – no bojo da política educacional mais geral –, a qual, não raro, por caminhos alheios à razão filosófica de corte emancipatório, traça diretrizes de ensino quase sempre alinhadas com as hegemonias vigentes. Já no campo epistemológico, ou seja, no que tange à necessária identidade entre os conteúdos da filosofia escolar e os conhecimentos filosóficos propriamente ditos, também há muito que refletir, debater e propor.

Nesse sentido, os textos selecionados neste número relacionam-se, cada qual a um conjunto de aspectos do problema complexo da qualidade e da identidade da educação filosófica na educação formal.

A Seção Artigos inicia-se com a contribuição de Anita Helena Schlesener, *Ensinar Filosofia ou instigar a pensar? O desafio kantiano na realidade do Ensino Médio*. A autora parte da clássica questão: ensinar filosofia ou ensinar a filosofar? – formulada inicialmente por Kant, mas que ao longo do tempo, assumiu várias configurações – e, neste estudo, faz uma reflexão acerca dos determinantes históricos que consubstanciam as “escolhas filosóficas”. A argumentação da autora, ao mesmo tempo em que considera a especificidade dos conhecimentos filosóficos, relaciona a problemática do ensino da filosofia ao lócus da educação escolar, o qual, em certo sentido, pela sua extensão, alcance e contradições, é expressão privilegiada do caráter essencialmente político e histórico da filosofia.

Antonio Edmilson Paschoal, no artigo, *Da especificidade da filosofia ao seu ensino*, concentra-se em identificar e analisar os significados, do assim chamado “modo especificamente filosófico” de pensar, organizar e reproduzir o conhecimento. Tais reflexões remontam-se ao próprio conceito de filosofia e, considerando a filosofia em sua forma escolar, entende o autor que o debate acerca da especificidade da filosofia, precede e fundamenta as investigações metodológicas.

Em *O lugar do pensamento no ensino da Filosofia*, Paulo Henrique Fernandes Silveira, traz um conjunto de reflexões e posições originais a partir de perguntas que há muito tempo se colocam no horizonte do ensino da filosofia e, mais amplamente, da educação filosófica, tais como: é possível ensinar filosofia? É possível ensinar a pensar? Para filosofar é preciso conhecer a história da filosofia? Revisitando filosofias e posicionamentos de vários teóricos, sobretudo de Kant e Heidegger, o autor expõe contornos do problema da autonomia intelectual, considerando o fenômeno, crescente e observável na contemporaneidade - da

recusa das pessoas em exercitar o pensamento e enfrentar as consequências resultantes desse ato.

Finalizando a Seção, apresenta-se o trabalho dos pesquisadores e professores de filosofia da educação básica Ademir Aparecido Pinhelli Mendes e Edson Teixeira de Rezende, intitulado *O uso de mapas conceituais para leitura de textos filosóficos em sala de aula no Ensino Médio*. Trata-se da descrição e da análise filosófica de uma ferramenta metodológica para o ensino de filosofia a partir de aulas desenvolvidas com turmas de ensino médio, em instituições de ensino públicas, pelos próprios autores. Neste artigo relatam os encaminhamentos e resultados pedagógicos do trabalho utilizando o capítulo XVII d'O Príncipe de Maquiavel.

Na Seção Informativo NESEF, Geraldo Horn apresenta, além de um painel da história recente acerca da institucionalização da disciplina de filosofia na educação básica, análises de documentos orientadores do currículo e registros normativos. Com o objetivo declarado de ampliar o necessário debate político-educacional e conferir caráter mais assertivo às proposições daí decorrentes, o texto tematiza a relação entre dois pontos fundamentais presentes no universo dos debates e da construção da educação filosófica escolar brasileira nos últimos anos. Um deles diz respeito à legalidade, à ocupação e à ampliação do espaço curricular da disciplina de filosofia e o outro, cuja importância precede qualquer discurso de natureza institucional, diz respeito à legitimidade e/ou legitimação da presença da filosofia na educação básica.

Na Seção Opinião, o ensaio de Louise Cristina Vieira revisita as visões estandardizadas sobre a filosofia de Nietzsche, um dos pensadores mais popularizados na história recente. Em *Para onde conduz o Martelo de Nietzsche?*, a autora defende que a filosofia nietzscheana demonstra elevado vigor crítico se interpretada como indicadora da necessidade de criação de uma perspectiva filosófica que não seja orientada, tão somente, à negação dos dualismos e compreensões afeitas à tradição metafísica.

Por fim, na Seção Resenhas, Naldemir Maria Mendes apresenta sua leitura da obra de Geraldo B. Horn, *Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos*.

Acredita-se que este conjunto de textos pautados em concepções diversas, porém que se entrecruzam e complementam-se no horizonte problemático da elaboração e reprodução do conhecimento filosófico, via processo educacional, fornece aos leitores subsídios importantes para a reflexão de alguns dos pontos mais substantivos dos debates atuais sobre o ensino de filosofia, cuja expressão mais geral, imbrica-se, para além do ensino formal, no âmbito maior da educação filosófica, enquanto construção histórico-cultural.

Saudações filosóficas

Ana Carolina Mallmann
Valéria Arias